

**POR UMA CRÍTICA À NATURALIDADE DAS CRONOLOGIAS:
CONFIGURANDO UM MELHOR ENQUADRAMENTO CONCEITUAL DA
PERIODIZAÇÃO NA ESCANDINAVÍSTICA**

**FOR A CRITICISM TO NATURALITY OF CHRONOLOGIES: CONFIGURING A
BETTER CONCEPTUAL FRAMEWORK OF PERIODIZATION IN
SCANDINAVISTIC**

Caio de Amorim Féo¹

Patrick Zanon Guzzo²

Resumo: O uso do conceito de Era Viking é tido como ponto comum dentro da historiografia especializada em Escandinávia medieval. No presente artigo, pretende-se realizar uma crítica da periodização da Era Viking enquanto conceito utilizado por diversas áreas das ciências humanas que se dedicam a essa fatia temporal. Para tal, será discutido a importância da conceitualização elaborada pelos historiadores, de forma geral, de maneira que fique claro a necessidade de se questionar os conceitos utilizados para nos referirmos a determinados momentos históricos. Nesse sentido, busca-se explicitar a problemática envolvendo o conceito de Era Viking desde sua construção no século XIX até os trabalhos mais recentes, ao mesmo tempo que será proposto um novo enquadramento conceitual e cronológico, o qual será denominado por Período Viking.

Palavras-Chave: Era Viking; Epistemologia da História; História dos Conceitos; Viking.

Abstract: The use of the Viking Age concept is seen as a common point within the historiography specialized in medieval Scandinavia. In this article, we intend to carry out a critique of the periodization of the Viking Age as a concept used by several areas of human sciences that are dedicated to this time slice. To this end, the importance of conceptualization developed by historians will be discussed, in general, so that it becomes clear the need to question the concepts used to refer to certain historical moments. In this sense, we seek to explain the problem involving the concept of the Viking Age from its construction in the 19th

¹ Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense - PPGH-UFF. Membro do laboratório *Translatio Studii - Núcleo Dimensões do Medievo (História, Língua e Filosofia)* da Universidade Federal Fluminense. E-mail para contato: caiofeo@id.uff.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0837-8441>

² Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense - PPGH-UFF. Membro do laboratório *Translatio Studii - Núcleo Dimensões do Medievo (História, Língua e Filosofia)* da Universidade Federal Fluminense. Membro do Grupo de Pesquisa Centro Ciro Cardoso de Pesquisa do Pré-Capitalismo (CCCP-PréK) da Universidade Federal Fluminense. E-mail para contato: patrickzanonguzzo@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2001-4042>

century to the most recent works, at the same time that a new conceptual and chronological framework will be proposed, which will be called the Viking Period.

Keywords: Epistemology of History; History of Concepts, Viking Age; Viking.

Introdução: sobre a imprescindibilidade da conceituação

Em nossos dias, mas também desde há muito, a preocupação dos historiadores e historiadoras com a demarcação de conceitos em contraste com as palavras de senso comum não aparenta ser tão incisiva quanto deveria. Ainda que todo trabalho histórico mobilize um conjunto de conceitos explicitados no início ou ao longo de seu curso, não é estranho encontrarmos termos utilizados como sinônimos para fazer referência a certos processos ou acontecimentos com a intenção de tornar a leitura menos truncada, repetitiva e cansativa. Contudo, a questão não é debatida de forma constante nem profunda por aparentar certa “naturalidade” decorrente da forma que a história é escrita, ou seja, por meio da narrativa, mantendo abertas lacunas na prática historiográfica que possibilitariam uma maior compreensão dos fenômenos históricos se fossem fechadas.

Não pretendemos aqui impor nenhuma perspectiva ou advogar por uma via entendida como “exata” de se questionar a utilização de conceitos. Antes, almejamos levantar questionamentos, pontuar as contribuições acerca destas problemáticas e abrir caminhos possíveis de reflexão capazes de indicar novas possibilidades de investigações históricas. A História – contrariando a linha pós-moderna –, assim como todo campo científico, detém na sua capacidade de problematização de seus objetos entendidos como relevantes, tanto no ramo historiográfico quanto na sociedade de forma geral, sua caracterização enquanto científica na medida em que busca solucionar questões que envolvam a temática estudada (WEHLING, 1992, p. 162). A problemática histórica, segundo Arno Wehling, demandaria uma dupla articulação na *explicação histórica*, a saber, a conceitualização e a narração. De acordo com o autor, a ação de conceituar “[...] consiste na aplicação de conceitos já existentes às situações consideradas, ou à invenção de novos [...]”, de modo que estes sejam empregados através da narração conjuntamente a “dados numa estrutura explanatória objetiva, isto é, lógica e

coerente, cuja precisão permite atingir aquele território de objetividade [...]” (WEHLING, 1992, p. 163).

Pensando especificamente acerca da conceitualização, é preciso que deixemos claro nossa perspectiva. Reinhart Koselleck trata do conceito como um termo empregado que possui valor polissêmico, reunindo em si diversos significados que estão relacionados “à capacidade de plurissignificação de uma palavra, de forma que seu significado só possa ser conservado e compreendido por meio dessa mesma palavra” (KOSELLECK, 2006, p. 109). Isso não significa dizer que os elementos que constituem o caráter polissêmico de um conceito estejam aptos para substituí-lo no texto e lhe conservem o mesmo sentido. Como o próprio Koselleck aponta, ainda que o conceito esteja sempre relacionado a uma palavra, não há a mesma relação direta de que obrigatoriamente toda palavra seja um conceito (KOSELLECK, 2006, p. 108).

Linguisticamente falando a ação de nomear algo, tanto abstrato quanto material, já faz parte da história humana desde há muito, compondo um papel basilar da comunicação social. Entretanto, a utilização de um conceito está além da mera atividade comunicativa cotidiana, na medida que com ela se pretende elucidar e compreender o objeto de investigação. Conforme explicita José D’Assunção Barros, os conceitos não são uma exclusividade do cientista, já que podem ser empregados por outras pessoas que atuam em campos do saber distintos. O autor cita o caso da palavra “cadeira” que para um historiador pode ser empregada somente como uma referência ao objeto utilizado para sentar, mas que para um marceneiro significa um conceito referente a um objeto específico, distinto de outros como uma poltrona ou um banco (BARROS, 2016, pp. 27-29).

A especificidade conceitual reside, portanto, no estabelecimento do emprego “de uma palavra ou expressão verbal que passa, desde então, a ser operacionalizada sistematicamente no interior de certo campo de saber ou de práticas específicas” (BARROS, 2016, p. 26). É por isso que a palavra em seu sentido prosaico pode ser substituída por um sinônimo, uma vez que sua utilidade está orientada para a comunicação corriqueira, diferentemente do conceito que se constitui uma “unidade de conhecimento” (BARROS, 2016, p. 27). No tocante à História, podemos inferir que o conceito no trabalho historiográfico visa explicar os fenômenos

sociais do passado, estimulando reflexões pautadas em demandas específicas do nosso presente. Afinal de contas, para recordar o célebre Marc Bloch,

A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas talvez não seja menos vão esgotar-se em compreender o passado se nada se sabe do presente. [...] Portanto, não há senão uma ciência dos homens no tempo e que incessantemente tem necessidade de unir o estudo dos mortos ao dos vivos (BLOCH, 2001, pp. 65; 67).

Ora, se a relação presente/passado faz parte do espírito da História, não é menos verdade que a definição conceitual esteja intimamente relacionada à dialética da temporalidade. Se a subjetividade não suprime a objetividade no meio científico, é inegável que a ressignificação ou confecção de novos conceitos corresponda ao sentido dado por homens e mulheres que é elaborada na vivência cotidiana das relações sociais (campo de experiência), possuem capacidade e são orientadas por uma visão de futuro (horizonte de expectativa) (KOSELLECK, 2006, p. 101). Nas palavras precisas de Koselleck: “os conceitos não servem mais para apreender os fatos de tal ou tal maneira, eles apontam para o futuro” (KOSELLECK, 2006, p. 102).

Apesar das considerações até aqui ressaltadas serem passíveis de atribuição para todo e qualquer conceito empregado nos trabalhos históricos, nosso foco consiste em refletir sobre uma categoria que faz parte da essência do labor do historiador, impossível de ser desvinculada de qualquer estudo, mas que por isso mesmo nem sempre é criticada da forma que deveria. Nos referimos à cronologia.

Não há novidade em afirmar que as periodizações estabelecidas para a história são construções elaboradas pelo historiador durante seu ofício, sem que estas correspondam necessariamente a como os indivíduos contemporâneos ao período qualificado cronologicamente em questão se sintam pertencentes a elas. Aqueles que viveram na Idade Média jamais se viram como “medievais”, uma vez que o conceito de Idade Média foi cunhado posteriormente à sua baliza temporal. Entretanto, a historiografia atual não se percebe mais como parte da visão metodológica em que a ação do historiador e de seu tempo não se apartam de sua ação de pesquisa. Nosso tempo possui exigências condizentes com nossa realidade atual, que nos impelem a estabelecer visões sobre os acontecimentos. Nesse sentido,

concordamos com Wellington de Oliveira e Mônica Liz Miranda quando afirmam que “Periodizar é estabelecer marcos, sendo assim, este ato é ideológico, tem seus condicionantes na sociedade que o concebe” (MIRANDA; OLIVEIRA, 2014, p. 9). Vale destacar que não se trata de impor ao passado as categorias e estruturas do presente, o que incorreria no tão repudiado anacronismo, mas sim reconhecer, da mesma forma que Bloch explicitou acima, que tanto o passado quanto o presente devem ser considerados conjuntamente na análise histórica, sempre levando em consideração a alteridade do período histórico.

Quando homens e mulheres tomam ciência do histórico a partir das experiências vividas cotidianamente no tempo, isso lhes possibilita a capacidade de alcançar uma consciência da temporalidade.³ Como destaca Julio Aróstegui, a “história é sociedade *mais* tempo, ou menos metaforicamente, ‘sociedade com tempo’”, e é por isso que para nós historiadores interessa investigar “de que forma o tempo atua sobre a existência das coisas e se manifesta no processo histórico” (ARÓSTEGUI, 2006, pp. 272-273). Isso significa dizer que cada momento histórico mobilizará distintas visões acerca do passado, mas que não se trata de uma ação que se impõe somente sobre um tempo que já passou, uma vez que essa ação se impulsiona pelas tensões geradas no presente. Dito de outro modo, as análises históricas acerca do passado nos auxiliam a compreendê-lo assim como, dialeticamente, também nos dão respostas aos anseios do presente, sendo que tais reflexões organizam e planejam a construção de um futuro desejado.

É nesse sentido que devemos analisar a construção do conceito de “Era Viking”. Conceito frequentemente utilizado pela escandinavística, geralmente pouco se discute acerca de sua manutenção enquanto categoria temporal englobante de uma parte da história da Escandinávia. Como veremos mais adiante, os debates sobre esta categoria cronológica se circunscrevem à conceituação do termo *Viking*, fundamental para o entendimento da

³ Nos referimos aqui em temporalidade como algo tanto objetivo quanto subjetivo, ainda que, como afirma Aróstegui, não seja o mesmo que afirmar a existência de um tempo físico e outro histórico ou social. O que podemos separar é a condição objetiva (tempo enquanto realidade) e subjetiva (percepção que possuímos acerca da realidade temporal) que compõem o tempo.

elaboração desta periodização, mas pouco se debate sobre a junção dos dois termos que a compõe: a expressão conceitual “Era Viking”, como um todo.

O problema “Era Viking”

Existem diversas formas pelas quais as ciências sociais determinam a periodização do intervalo entre séculos VIII ao XI na região da Escandinávia. Por não convencionarem suas delimitações cronológicas de forma universal os arqueólogos e historiadores podem levar o pesquisador a situações absurdas quando ao tentar enquadrar cronologicamente o seu objeto de estudo, como Eric Christiansen demonstra no exemplo abaixo:

Um desafortunado viajante navegando de Bremen até Novgorod pouco após o ano 1100 passaria do período saliano para a Alta Idade Média, da Era Viking Tardia ao período das Cruzadas (Oeste da Finlândia), e da Era Viking novamente (Leste da Finlândia) para o período de Kiev (CHRISTIANSEN, 2002, p. 7).⁴

Esta situação denota o quanto ainda estas disciplinas estão distantes de buscar estreitar seu diálogo para dirimir tal problema, e é também um dos indicativos de uma outra questão que se coloca para os que se dedicam ao estudo da Escandinávia na Alta Idade Média: a definição dos marcos cronológicos da *Era Viking*.

As raízes etimológicas da palavra viking são incertas e inflamam debates há muito tempo. Consideram-se as possibilidades da palavra ser uma referência à região de Vík (Viken, atual Noruega), ou à *vík* (baía) onde pessoas partiam em viagens marítimas. Associado também às embarcações poderia ser um desdobramento de verbos germânicos significando *partir*, ou *víkja*, cuja alusão em nórdico antigo diz respeito à técnica de remar em turnos. Outra possibilidade seria a derivação da expressão anglo-saxã *wicing* (aquele que visita o *wic* ou em latim, *vicus*, um porto ou local de comércio) ou *wítsing* (guerreiro ou de forma mais geral,

⁴ Texto original: “An unfortunate traveller sailing from Bremen to Novgorod shortly after the year 1100 would pass from the Salian period to the Early Medieval to the Late Viking to the Crusading (west Finland) to the Viking again (east Finland) to the Kievan”.



aquele que acampa) em anglo-frísio. (JESCH, 2015, pp. 4-5; LANGER, 2017, p. 706). Os significados que a palavra e suas variantes assumem nos diversos idiomas no espaço-tempo, portanto, revelam que ela não se refere a um povo, ou etnia, como se pensou por muito tempo na historiografia. Porém não é apenas no âmbito da etimologia que os problemas referentes ao significado desta palavra podem ser encontrados. Há também as formas diversas de sua aplicação tanto dentro, quanto fora do espaço escandinavo.

As fontes arqueológicas contemporâneas ao momento comumente considerado como o período da *Era Viking* (c. 800-1050) informam que a palavra *víkingr* no masculino está presente em inscrições rúnicas e aparentemente remete àqueles homens que partiram em uma jornada acompanhados de outros pares. Estas expedições majoritariamente tinham um caráter militar e a elas se integravam um grupo de guerreiros (*lið*, *drótt* em nórdico antigo) comandados por um rei ou um chefe. A pedra rúnica G 370 é considerada um dos primeiros usos da forma plural da palavra *Vikings* na Suécia, embora ela também tenha sido usada na U 617⁵, em Bro, e na runa Viking DR 216⁶, que se encontra na Dinamarca. Um outro exemplo encontrado em uma pedra rúnica é o de Hablingbo⁷ em Gotland, que diz: Helge foi para o oeste "com vikings" (*meþ vikingum*). No feminino a palavra *víking* denota a expedição vigente, a jornada. Isto pode ser verificado na inscrição rúnica de Härlingstorp⁸ em Västergötland,

⁵ Cf. RUNIC Dictionary. Disponível em: <https://skaldic.abdn.ac.uk/db.php?id=17439&if=runic&table=mss>. Acesso em: 30/04/2022.

⁶ Cf. RUNIC Dictionary. Disponível em: <https://skaldic.abdn.ac.uk/db.php?id=19040&if=runic&table=mss>. Acesso em: 30/04/2022.

⁷ Aqui o autor se refere a pedra rúnica G 370 que foi encontrada em um sepulcro durante uma escavação no cemitério da igreja de Hablingbo na Gotlândia em 1988, hoje exposta na mesma igreja. O texto em nórdico antigo diz: *Hvatarr(?) ok HæilgæiRR(?)/HallgæiRR(?) ræistu stæin aftiR Hæilga, fl[a]ður sinn. Hann var [v]estr farinn með vikingum*; o que em português pode ser traduzido da seguinte forma: "Hvatarr(?) e Heilgeirr (?) ergueram a pedra em memória de Helgi, o pai deles. Ele viajou para o oeste com os vikings". Cf. RUNIC Dictionary. Disponível em: <https://skaldic.abdn.ac.uk/db.php?id=18809&if=runic&table=mss>. Acesso em: 30/04/2022.

⁸ A pedra rúnica que Stefan Brinks cita neste trecho é a Vg 61 (Vg61) - Härlingstorp cujo texto original em nórdico antigo é: *Tola satti stæin þ[annsi æft]iR GæiR, sun sinn, harða goðan dræng. Sa varð dauðr a vestrvegum i vikingu*; que em português significa: "Tóla colocou esta pedra em memória de Geirr, seu filho, um homem muito bom e valente. Ele morreu em um ataque viking na rota oeste". Cf. RUNIC Dictionary. Disponível em: <https://skaldic.abdn.ac.uk/db.php?id=16592&if=runic&table=mss>. Acesso em: 30/04/2022.



Suécia, onde se lê que um homem chamado Toli "foi morto no Oeste em *viking*" (*varþ dauþr a vestroegum i vikingu*, em nórdico antigo.)⁹.

Poucas são as pedras rúnicas que fazem referência à expressão *i vikiku* (em *viking*). Na DR 334 que se localiza ao sul da Escandinávia, mais precisamente na atual Suécia, encontramos a seguinte frase: (Faðir fez gravar estas runas em memória de Ôzurr, o seu irmão, que foi morto no Norte em *viking*).¹⁰ Em outra pedra rúnica, também na Suécia, a VG 61, encontramos a inscrição: (Tóla colocou esta pedra em nome de Geirr, seu filho, um homem valente [e] muito bom. Ele foi morto no caminho ocidental em *viking*).¹¹ Ambas reportam situações que vinculam o termo *viking* a uma atividade que não se restringe ao "estrangeiro", pois a primeira faz referência à prática na própria Escandinávia enquanto a segunda alude ao Ocidente como palco de atuação.

Há ainda muitas outras formas pelas quais estes navegantes do Norte foram chamados no período em que empreenderam suas viagens. Na Francia os escandinavos eram chamados de "homens do norte" ou *dani*, uma referência geral para se referir aqueles que vinham da Escandinávia.¹² Na região onde hoje se localiza a Inglaterra as crônicas do período se referiam a eles como *dene*, *deniscne* – outra referência geral para quem vinha da Escandinávia – ou "pagãos" (*hæðen*). No século IX, a palavra *viking* era usada para se referir aos nórdicos violentos. Na Irlanda, inicialmente, eles foram chamados também de pagãos (*gentiles*), mas com o passar do tempo passaram a chamar aqueles que atuavam na ilha desde fins do século VIII por *Finngaill*, "estrangeiros velhos", e aqueles que chegavam do exterior a partir de meados do século IX por *Dudgaill*, "estrangeiros novos" (DOWNHAM, 2009, pp. 150-151).¹³

⁹ o texto da inscrição não diz o que o Stefan Brinks descreve pois Tola teria erguido a pedra rúnica em homenagem ao seu filho Geirr, assassinado numa expedição *viking* a Oeste.

¹⁰ *fapir : lit : hukua : runaR : þisi : uftiR : osur : brupur : sin : is : nur : uarþ : tuþr : i : uikiku*. Original consultado em: <https://rundata.info>. Acesso em: 30/04/2022.

¹¹ *tula : sati : sten : þ... ...[iR kR : sun] : sin : harþa × kuþon : trok : sa × uarþ : tuþr : o : uastr:uakm : i : uikiku*. Original consultado em: <https://rundata.info>. Acesso em: 30/04/2022.

¹² Há ainda outra referência encontrada na documentação franca, dessa vez se referindo especificamente aqueles provenientes das regiões onde hoje se localiza a Suécia, em que encontramos o termo *Sueones*, fazendo referência ao povo Svear.

¹³ Por muito tempo se discutiu a respeito das origens dos *Finngaill* e *Dudgaill*, levando a conclusões que indicavam os primeiros como sinônimo de noruegueses e os segundos de dinamarqueses. Entretanto, não havia quaisquer reinos bem delimitados e estabelecidos que clamassem para si a designação dos

No Leste da Europa os que provinham da atual Suécia poderiam ser chamados de *rus* (*Rhos*) ou *varjagǫ* (*væringi*, *væringr* em nórdico antigo). Como se pode notar, as fontes da época evidenciam que a palavra *viking* não era tão usual fora da Escandinávia.

Portanto, podemos concluir, assim como afirma John Lindow, que o significado original da palavra *viking* é incerto. E a forma como os nórdicos que empreenderam incursões ao Ocidente na Alta Idade Média foram retratados pelos clérigos que sobre eles escreveram deixaram a impressão de serem estes indivíduos pagãos brutais que destruíam o que quer que estivesse diante de si. Não há, obviamente, como negar que esta é uma descrição que, em parte, contém “algo de verdade”, em especial nas primeiras incursões ocorridas nos primeiros anos do que se determinou como sendo o período da Era Viking (LINDOW, 2019, p. 14). Porém, como adverte o mesmo autor, há de se levar em conta outros aspectos destas expedições, como se pode verificar nesta breve citação:

Mas é preciso considerar que houve incursões individuais, expedições maiores, exércitos invernando da Inglaterra e no continente e, finalmente o Império do Mar do Norte de Canuto, o Grande. E paralelamente a essa atividade militar havia também um comércio contínuo e um padrão de assentamento nas terras às quais os navios escandinavos chegavam (LINDOW, 2019, p. 14).

David Griffiths em seu artigo *Rethinking the early Viking Age in the West* (GRIFFITHS, 2019, pp. 468-477) defende a tese de que a concepção da *Era Viking* como uma época em que se desenvolve processo de cunho étnico-nacionalista deve ser combatida não apenas no âmbito do senso comum, mas também na própria academia. Dentro desta perspectiva, o autor critica ainda a forma segundo a qual a imigração veio a ser compreendida, uma vez que sob esta ótica este processo vislumbrava um projeto colonial que viria sedimentar a hegemonia das elites conquistadoras, assim como a formação de sociedades inteiras no Atlântico Norte e pelos mais diversos confins da Europa. Segundo o entendimento de Griffiths, seria mais razoável uma outra forma de leitura deste momento histórico, dado que a *Era Viking*, conforme suas palavras, teria sido “uma série esporádica, oportunista e caótica de eventos e impactos

Estados nacionais norueguês e dinamarquês em meados do século IX. Nesse sentido, seguimos a atribuição de que se trata de uma nomenclatura que faz referência à presença já atuante há décadas (*Finngaill*) ou recém iniciada (*Dubgaill*) dos vikings na ilha, e não como indicativo de um povo específico.

cumulativos imprevistos” (GRIFFITHS, 2019, p. 468). No mais, ele pontua que as incursões iniciadas no século VIII não representaram um momento de inflexão no desenvolvimento da história dos povos da Escandinávia.

A opção de ir além-mar buscar riquezas não era uma atitude desprovida de precedentes históricos; os escandinavos conheciam os europeus desde antes do período de Roma e seus contatos com estes povos intensificaram em meados do primeiro milênio d. C. e isto pode ser verificado pela semelhança dos enterramentos de pessoas de alto status em navios como em Sutton Hoo, Inglaterra, e em Vendel e Valsgärde, na Suécia. Sabemos que os escandinavos estavam envolvidos na rede comercial que se estabelecia entre a Inglaterra, a Frísia e a França em até meados do século VIII, momento de sua culminância. Além disso, encontram-se registros que indicam a ocorrência de razias anteriores, como a realizada por daneses na costa frísia do reino merovíngio no século VI (HYBEL, 2018, p. 308; BERNARDO, 1997, p. 95). Portanto, as expedições ocorridas no final deste século não foram um marco do momento em que os escandinavos colocaram em marcha seu plano colonizador, mas sim um fenômeno detentor de características típicas e, portanto, inerentes daquele momento histórico.

E mesmo neste processo prevaleceu não a imposição do *modus vivendi* escandinavo sobre as supostas culturas subjugadas. A esse respeito, David Griffiths é categórico ao considerar que a busca das marcas de um “legado *viking*” em outras culturas que com estes povos se relacionaram é uma tarefa árdua, se não, fadada ao fracasso. E isto se deve às considerações que o autor faz sobre este (des)encontro de culturas, quando afirma o seguinte:

A linguagem, biologia (DNA), religião e cultura material Viking rapidamente se transformaram no contexto de novas terras e contatos culturais. Alguns elementos escandinavos persistiram, mas é notável a extensão em que outros foram descartados ou isolados como relíquias de família em favor da adoção de expressões culturais contemporâneas em novas terras (GRIFFITHS, 2019, p. 472).

O desenvolvimento de uma relação marcada pela miscigenação dos escandinavos com os povos com quem tiveram contato, - quando foram a seu encontro no exterior e ao recebê-los em suas terras (GRIFFITHS, 2019, p. 475) -, revelam nuances que tornam ainda mais turvos os caminhos pelos quais se possa um dia chegar a um consenso em relação à demarcação

cronológica deste momento histórico. A seguir, de forma sucinta, consideraremos a questão dos usos do conceito de *Era Viking* no âmbito da historiografia, e, em seguida, indicar uma das possibilidades que consideramos viável para entendê-lo, de modo a aplicá-lo às dinâmicas sociais em curso na Escandinávia existente no período da Alta Idade Média da Europa Ocidental.

Por uma crítica à cronologia: a busca inglória de uma nova perspectiva acerca do Período Viking

O estudo científico da História incorre, invariavelmente, que em seus desdobramentos se efetue o esforço de sistematizar os eventos de modo a fazer com que eles se enquadrem em contextos maiores conforme uma lógica subjacente. Esta prática tem por objetivo tornarem mais didáticas a abordagem do passado, e para isso, os estudiosos inventam, ou mesmo, ressignificaram os conceitos dos marcos temporais em que se pode, ou não, identificar a vigência da lógica que estes termos demarcam. Por esta razão há de se levar em conta que existe sempre nestes conceitos uma intencionalidade por parte de quem os produz. Sendo assim, deve-se ter em vista que os seus diversos significados estão imersos em contextos que lhes incute características que coadunam com as visões, - ou uma visão em específico -, de mundo e em uma determinada época. O famoso medievalista Jacques Le Goff, em sua obra póstuma intitulada *A história deve ser dividida em pedaços?*, reuniu diversos ensaios a respeito da questão da periodização em História. E sobre a relevância desta prática no ofício do historiador, o celebrado autor afirma o seguinte:

A periodização justifica-se por aquilo que faz da história uma ciência, não uma ciência exata, indubitavelmente, mas uma ciência social, que se funda em bases objetivas a que chamamos fontes. Ora, aquilo que as fontes nos oferecem se move, evolui: é a história das sociedades em marcha no tempo, dizia Marc Bloch. O historiador precisa dominar o tempo, ao mesmo tempo que encontra em seu poder, e na medida em que esse tempo muda, a periodização se torna, para o historiador, uma ferramenta indispensável (LE GOFF, 2015, p. 132).

Pensar na utilização dos conceitos cronológicos incorre, portanto, em se levar em conta os contextos históricos vivenciados naquele espaço-tempo abarcado pelo termo em questão, assim como a conjuntura histórica em que se encontram aqueles que circunscrevem o seu uso. Os recortes cronológicos quando considerados neste sentido, são, desta maneira, objeto de

reivindicação de diferentes vieses ideológicos. O mesmo termo em momentos e lugares distintos pode servir como definição para delimitar recortes de intervalos, duração e áreas igualmente diferentes. Tendo isto em perspectiva, há de se considerar que o significado de *Era Viking* percorreu um longo e tortuoso caminho enquanto conceito de periodização. A referência mais antiga de sua utilização remete ao período Oitocentista, onde apareceu inicialmente como “*Vikingatiden*” em uma publicação de E. C. Wérlooff, em 1836, intitulada *Om do gamle Nordboers Bekjendtskab med don pyrenæiske Halvøe* (Sobre o conhecimento da presença nórdica na Península Ibérica) (LANGER, 2017, p. 213).

O emprego do termo em questão ganhou impulso no século XIX com os movimentos nacionalistas na Europa. Em 1809 foi acordado que a Finlândia seria retirada do domínio sueco e pertenceria a Rússia. Com o impacto de perder um terço do território e cerca de um quarto da população, as autoridades suecas decidiram nomear o afamado marechal francês Jean-Baptiste Bernadotte como herdeiro do rei Carlos XIII que, àquela altura, encontrava-se com a saúde fragilizada, em avançada idade e sem sucessores. Bernadotte assumiu como regente e adotou uma política ofensiva objetivando a anexação da Noruega à Suécia, que naquele momento fazia parte do reino dinamarquês. Em 1814 esse objetivo foi alcançado, o que abriu uma oportunidade para que os noruegueses almejassem a independência. Com o governo sueco permitindo a independência de instituições norueguesas e que o país elaborasse uma constituição autônoma, conforme a seguida pela Suécia, logo foi dado início a um movimento de enaltecimento do passado histórico norueguês. Peter Andreas Munch foi um dos principais membros do movimento que elaborou a imagem nacional da Noruega, buscando na “Era Viking” a imagem do país livre e independente da influência dinamarquesa, além de protagonista das ações escandinavas nas ilhas britânicas (DOWNHAM, 2009, p. 154).

Concomitantemente, na Suécia o romantismo movia o sentimento nacionalista com o apoio de intelectuais como Johan Gottfried Herder. Em 1811 a criação da Liga Gótica (*Götiska förbundet*) reuniu eruditos que compartilhavam um fervor pela nação e tinham a “Era Viking” como seu principal foco. Eles entendiam que este período fora um momento em que os “suecos vikings” constituíam um povo corajoso, heroico e que, devido à liberdade que desfrutavam, ambicionavam novas conquistas através da exploração marítima (BLANCK, 2016, pp. 1-5). A

partir da década de 1870 o conceito já passara a predominar não só em publicações escandinavas como foi rapidamente adotado por historiadores de outras regiões da Europa.

Este momento da história escandinava se afirmou como um palco que foi objeto de disputas entre distintas concepções. De um lado havia a visão dos Estados nacionalistas em que a *Era Viking* fora reivindicada como um dos seus fundamentos. Por outro lado, as demais nações consideravam que este conceito servia para caracterizar uma época de homens não civilizados (LANGER; SANTOS, 2001, pp. 209-221). Em virtude das correntes historiográficas influenciadas pelo Positivismo e do Historicismo no século XIX (ARÓSTEGUI, 2006, pp. 114-129), as fontes escritas por muito tempo foram consideradas não apenas mais relevantes que as demais, mas, acima de tudo, os únicos instrumentos pelos quais os historiadores poderiam acessar a verdade das sociedades do passado (CARDOSO, 1997, pp. 19-51)¹⁴. Esse tipo de fonte reforçou nos pesquisadores a impressão de que os nórdicos eram indivíduos selvagens e brutais, uma vez que majoritariamente os registros sobre eles elaborados no alto medievo de europeus de fora da Escandinávia, eram relatos de cristãos vítimas dos saques promovidos por estes grupos. O famoso trecho da *Crônica Anglo-Saxônica* que narra o ataque ao mosteiro de inglês de Lindisfarne é um exemplo neste sentido: “(...) em 8 de junho, a devastação dos homens pagãos miseravelmente destruiu a igreja de Deus em Lindisfarne, com pilhagem e carnificina. (Anglo-Saxon Chronicle, 1961, p. 35)”.

A produção acadêmica mais recente sobre a Escandinávia na Idade Média ainda encontra no debate sobre a utilização, ou não, do conceito de “Era Viking”¹⁵ grandes controversas. Isto porque desde o início do século XX com o novo paradigma inaugurado pelos *Annales* e a sua repercussão em outras frentes, como a do Materialismo Histórico, fizeram com que fontes de outro tipo, como as arqueológicas, e novas metodologias fossem adicionadas à

¹⁴ Mesmo com a crítica dos *Annales* no a estas correntes novecentistas, se pode verificar ainda hoje o prevailecimento das fontes escritas sobre as demais, tanto no âmbito da História Medieval, quanto nos demais campos desta Ciência.

¹⁵ A título de exemplos de trabalhos que levantam polêmicas sobre o uso deste conceito podem ser enumeradas as seguintes referências: SAWYER, Birgit and Peter. *Medieval Scandinavia: from conversion to reformation circa 800-1500*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2010. p. 49-50.; RICHARDS, Julian D. *The Vikings a Very Short Introduction*. New York: OXFORD University Press, 2005, p. 2-7. GRIFFITH, Paddy. *Los Vikingos El terror de Europa*. Barcelona: Editorial Ariel, S. A., 2004, 13-46.

“caixa de ferramentas” do historiador. Até mesmo o nexo de uma história-problema sugerido pelos primeiros representantes desta então nova corrente impôs aos historiadores um novo olhar sobre os temas já visitados pelos seus confrades que atuavam sob a égide de paradigmas anteriores, em especial o Positivismo. Dali em diante era importante considerar a “gramática” dos estudos em História, de modo a circunscreve-la de uma forma mais precisa em seu significado dentro da abordagem do objeto em análise. Subindo no ombro destes gigantes que habitam o reino de Clio, entendemos que esta é uma demanda da qual não podemos nos furtar. Por isso, debater o significado de um conceito tão “espinhoso” como o de “Era Viking” urge como demanda deste nosso tempo, uma vez que a Idade Média na Escandinávia tem sido cooptada por diferentes correntes ideológicas, servindo, com isso, inclusive, a propósitos tenebrosos que deixaram máculas terríveis no passado, e, infelizmente, - se valendo das distorções da memória, justificam ainda hoje atos que nada tem a ver com o que foram as sociedades naquele tempo outro¹⁶. Portanto, mais que definir o que para nós venha ser a demarcação cronológica do período em questão, importa esclarecer os dados históricos e historiográficos que balizam nossa percepção deste tempo que, por conseguinte, é definido por um conceito. O termo *viking*, em questão, independente da sua utilidade cotidiana e do volume de aparições nas fontes escritas, serviu no contexto que circunscreve o momento histórico em ter os séculos VIII ao X para definir uma atividade. Ele é um produto linguístico, e, portanto, cultural. E sendo assim, a palavra *viking* tem um significado específico dentro desta cultura, que define justamente aquela que, para nós, seria o cerne da justificativa do uso mais acurado desta cronologia. E ao defendermos o uso desta terminologia não o fazemos pura e simplesmente por razões gramaticais. Sabemos exatamente que em qualquer língua podemos definir o que vieram ser estas expedições de pilhagem. E é justamente salientar este significado para os contemporâneos desta época a razão de ser de nossa argumentação. A palavra no contexto que ela define, portanto, não significa aquilo que, por exemplo, ideologias de

¹⁶ Para um melhor entendimento da apropriação de imagens e mitologia do antigo mundo nórdico medieval, bem como a construção da ideia de uma raça nórdica pura e da difusão da propaganda na mídia por artistas como Richard Wagner pelo Partido Nazista para legitimar suas próprias ideias de pureza racial e cultura, conferir o artigo: NIGHSWANDER, Lena. "No Nazis in Valhalla: Understanding the Use (and Misuse) of Nordic Cultural Markers in Third Reich Era Germany," In: *International ResearchScape Journal*: Vol. 7, Article 6. 2020. Disponível em: <https://scholarworks.bgsu.edu/irj/vol7/iss1/6>. Acesso em: 30/04/2022.

extrema-direita fizeram-na dar sentido. A nossa intenção ao defender a cronologia que entende os séculos de VIII ao X como um período, - ou seja, uma fatia temporal como as demais na história das regiões que integraram este fenômeno -, visa justamente afastar as deformações de significado que esta expressão fora submetida, em especial aquelas que fazem alusão aos sentimentos de caráter eurocêntrico e imperialistas, que para nós, enquanto latino-americanos, não são apenas estranhos, mas por si, devem ser objeto dignos de nossas críticas mais ferrenhas.

Ao longo do tempo muitos foram os usos do conceito de *Era Viking*¹⁷, e para sua definição muitos marcos temporais foram estabelecidos. Para efeito da análise histórica, a adoção desta periodização – que tradicionalmente compreende o período entre o século VIII e XI da história da Escandinávia – pareceu, de princípio, para muitos historiadores ser uma escolha adequada. Outrossim, tiveram propostas de entendimento deste termo que o definem por via de marcos cronológicos para este período, enumerando fatos e processos, tal como sugere o autor Thomas A. Dubois, ao elencar a Política e a Religião como as áreas da sociedade que indicariam a duração deste momento. Dubois considera como momento inaugural da Era Viking o início dos anos 800, época em que os nórdicos passam a realizar as incursões rumo ao Ocidente, e toma como desfecho deste período os anos 1300, momento quando o Cristianismo se firma como religião dominante da região, como atestam as sagas islandesas (DUBOIS, 1999, pp. 4-5). No entanto, a adoção de critérios que levam em conta tão poucas esferas sociais nos parece ser ineficiente tanto quanto insuficiente para abarcar um processo tão multifacetado e complexo como foi esse momento específico da Idade Média na Escandinávia. Por conta disso, entendemos que seja necessário levar em conta as múltiplas dimensões das transformações que ocorreram nas sociedades desta região para que se possa identificar as características que permeiam estas mudanças conforme seu desenvolvimento característico. A Escandinávia medieval é atravessada por dinâmicas históricas diversas, e em cada uma delas se pode verificar um ritmo específico ditado pelos aspectos inerentes ao metabolismo social de cada uma delas. Sendo assim, nos parece muito interessante a

¹⁷ Para um estudo metucioso deste conceito histórico conferir o artigo: BIRRO, Renan Marques. O problema da temporalidade para os estudos da Europa Nórdica: a 'Era Viking'. *Nearco* (Rio de Janeiro), v. 6 2013. p. 228-254.

proposição de Eric Christiansen que considera que o melhor seria ponderar sobre fundamentos conciliatórios mais ajustáveis em que se possam apreciar também dinâmicas sociais intercambiáveis, assim como os vários ritmos e variações das transformações em curso. Ele ajuíza que os estudiosos escandinavos desde o início do século XXI tem se valido da “teoria do desenvolvimento”, que considera os “níveis de organização política” que propiciaram a oportunidade das incursões náuticas promovidas pelos líderes em direção ao Oeste. Logo, Christiansen enumera os cinco itens abaixo como processos que se desenvolveram nas sociedades escandinavas no tempo em que as propostas de delimitação cronológica da *Era Viking*, em geral, são definidas:

1. Do paganismo ao cristianismo: 700-1250 pode ser um tempo realista, mas não ocorreu uma substituição de um pelo outro até 1050 ou pouco além.
2. Centralização da autoridade: sem mudanças permanentes até 1050.
3. Da ausência da urbanidade aos assentamentos parcialmente urbanos: 750 em diante, em alguns lugares, com algumas limitações.
4. Da ausência de mercado para um período comercial: coexistente c.600-1200.
5. Aumento da produtividade, incremento dos excedentes: c.600- 1300 (CHRISTIANSEN, 2002, p. 8).¹⁸

A perspectiva de que um momento histórico se configura como o somatório de transformações que ocorrem em ritmos diversos nos parece uma escolha adequada como recurso de arranjo cronológico no mundo escandinavo do medievo. No mais, o entendimento de que estes processos se conjugam em dinâmicas marcadas pela interpenetração dos componentes listados, o que possibilita ao historiador vislumbrar um quadro geral da dinâmica histórica em todas as suas variáveis coloca em evidência o aspecto diacrônico do exercício da História, modalidade esta que, infelizmente, cada vez é mais ofuscada pela observação inerte da análise do documento/monumento por si só. No mais, desta maneira, a história se pode ver livre de ter que caber nas formas inflexíveis das periodizações pré-

¹⁸ Texto original: “1 from paganism to Christianity: 700-1250 would be a realistic time for that, but it wasn’t a substitution of one for the other until 1050 or so. 2 centralization of authority; no permanent shift before 1050. 3 non-urban to partly urban settlement: 750 onwards, in places, but see chapter 3 for the limits of this movement: not especially Norse. 4 non-market to market exchange: co-existent C.600-C.1200? 5 increased productivity, increased surpluses: C.600-C.1300”.



estabelecidas, mas sim, - num movimento inverso a este -, os conceitos cronológicos serem decorrência do processo de compreensão das articulações sociais que se deram num recorte determinado do espaço tempo. Mas se, como vimos, a definição do termo *viking* está associada fundamentalmente à prática da pilhagem, ainda assim seria possível manter o termo na construção cronológica? Entendemos que sim. Contudo, é necessário esclarecer algumas questões.

A perspectiva mais tradicional do período entende que a chamada Era Viking teria tido início com o ataque escandinavo ao mosteiro de Lindisfarne, na costa da Nortúmbria, em 793, e que teria se estendido até 1066 com a derrota do rei da Noruega, Haraldr *harðráði*, para o rei anglo-saxão Harold Godwinson. A Era Viking foi, ao longo do século XX, constantemente reconfigurada em termos de datação. E dentre as principais justificativas para as mudanças se encontra o deslocamento do foco analítico, que passou a ser direcionado para outros fatores que não somente as atividades de pilhagem, mas também às manifestações de um poder centralizado, à ocorrência de conexões, colonizações e possíveis pilhagens anteriores bem como à questão das permanências e rupturas culturais. Munir Lutfé Ayoub considera que os marcos fundamentais do período dependem do foco do pesquisador. Assim, se tomarmos por parâmetro a capacidade de concentração de poder que o rei (ou líder local de maior preeminência) possui - materializando-se na habilidade de controlar pontos centrais de comércio ou na capacidade de mobilização de um grande séquito guerreiro, por exemplo - ou o surgimento de novos centros urbanos, seria possível datarmos o início da Era Viking já no século VIII para a Dinamarca, mas somente no IX em relação à Noruega (AYOUB, 2012, pp. 7-13).

Bjørn Myhre parte de uma rede ampliada de conexões para explicar o início da Era Viking. Traçando os contatos existentes entre o sul da Noruega e as ilhas britânicas, segundo o autor tais conexões, manifestadas na diversidade da cultura material e nas fontes escritas, indicam a existência de centros políticos já durante o século VIII. Se não é possível afirmar a existência de assentamentos escandinavos nas ilhas do Norte (atual Escócia) antes do século IX, é possível afirmar que ao menos alguns colonos assentaram-se entre os nativos durante a oitava centúria (MYHRE, 1993, pp. 183-189; 194-195). Para Myhre, os registros arqueológicos

encontrados nas Ilhas do Norte correspondem a um sistema simbólico de negociação em múltiplos níveis sociais, cuja evolução se deu conforme os contatos entre escandinavos e insulares ao longo dos séculos VIII e IX eram mantidos. Portanto, a depender do critério escolhido pelo pesquisador, a Era Viking pode ser enquadrada como tendo início em qualquer ponto entre os anos de 700 e 800 (MYHRE, 1993, p.198).

Judith Jesch, mais recentemente em sua obra *The Viking Diaspora*, publicada em 2015, utilizou ampla documentação escrita e arqueológica, fundamentando uma pesquisa orientada a revelar múltiplos movimentos de trocas culturais que configuraram novas identidades conforme os escandinavos mantinham contato com as populações autóctones das mais variadas regiões do globo. Apesar de considerar as incursões vikings como fundamentais para o processo diaspórico, alçando-as inclusive à condição de “pré-requisito”, a autora reconhece não as abordar com maior afinco durante a obra por direcionar sua atenção para outras esferas do “mundo transnacional interconectado de origem escandinava” que viabilizaram novas possibilidades de conexões em um contexto espacial ampliado (JESCH, 2015, p. 163). Devido à tamanha diversidade fica difícil estabelecer o início e principalmente o fim da chamada Era Viking que, como a autora demonstra, a depender de onde o foco de análise esteja a influência escandinava pode permanecer para além das tradicionais demarcações historiográficas. Portanto, Jesch considera razoável trabalhar com uma ideia de “longa Era Viking” (*long Viking Age*) que se estende de 750-1500 (JESCH, 2015, pp. 9-10).¹⁹

Percebe-se, assim, que a definição da Era Viking está sujeita a muitas variações conforme o foco de análise do pesquisador. O sentido que o termo *viking* ganhou na historiografia superou a percepção única e exclusiva do navegador praticante de pilhagem, o que conseqüentemente alterou a definição do período. Ao considerar outros fatores culturais e sociais como o desenvolvimento das cidades e sua participação na atividade mercantil, as aproximações de tradições culturais na produção²⁰ (SINDBÆK, 2008, pp. 176-180) e as

¹⁹ A autora utiliza alguns acontecimentos que confluem para tal extensão como o fim da colônia escandinava na Groelândia, o processo de “escotificação” das ilhas do norte no arquipélago britânico e a penetração da Reforma Protestante na Escandinávia no século XVI.

²⁰ Sindbæk analisou uma série de achados arqueológicos que apontam para diferentes costumes entre o Báltico eslavo e a Escandinávia e inclusive em pequenas regiões da própria Escandinávia. Contudo, ao fim do século X é possível ver inovações na produção de vasilhas de cerâmica eslava que foram adotadas

referências a colonizadores escandinavos já no século VIII, os especialistas retiraram o estigma de bárbaros que os escandinavos carregavam pelas sistemáticas atividades de pilhagem. Ainda que não rejeitemos tais variantes, a origem da palavra está provavelmente, como vimos, ligada às incursões militares. Embora a atividade comercial também compusesse o significado, em uma sociedade altamente marcializada²¹ o prestígio de um líder local não poderia ser resumido ao sucesso nos negócios mercantis, mas sim considerado como complemento do êxito de atividades de pilhagens bem sucedidas, do fornecimento de excedentes aos guerreiros e, conseqüentemente, da atração de seguidores para sua esfera de influência. Além disso, grande parte das dinâmicas estabelecidas por Christiansen e expostas anteriormente, foram intensificadas pela integração da Escandinávia às sociedades atingidas pelas investidas vikings, resultado das constantes interações sociais e migrações em que os grupos vikings foram um fator crucial. Com a proliferação das razias e a seguinte fixação das forças expedicionárias, culturas distintas entraram em contato e se transformaram num movimento de intensa miscigenação cultural, evidenciada no estabelecimento de novas unidades políticas como principalmente, mas não somente, Normandia, Danelaw e Rus de Kiev (FÉO, 2022). Em uma palavra, parte considerável do deslocamento escandinavo, do desenvolvimento mercantil e do contato com novas religiões (cristianismo católico romano, cristianismo ortodoxo, Islã e judaísmo), foi essencialmente desenvolvido pela presença e interação dos grupos vikings com as localidades atingidas pelas expedições.

Nesse sentido, optamos por definir o recorte temporal como Período Viking, cuja duração teria transcorrido do século VIII ao X, por duas razões. A primeira está relacionada à nomenclatura, a qual preferimos usar “Período Viking” ao comumente empregado “Era Viking”. Como vimos anteriormente, o século XIX cunhou o termo como forma de retorno a um passado supostamente glorioso das sociedades escandinavas, tipicamente expresso pelos ideais românticos da época que valorizavam a liberdade, independência e o espírito

pelos escandinavos. A influência é tamanha que os achados desse tipo de vasilha na Escandinávia indicam que o objeto não fora obtido das terras eslavas, mas sim produzido internamente com os novos parâmetros.

²¹ Marcialidade aqui é entendida como formação para a prática sistemática da atividade militar, em que os indivíduos eram ensinados desde pequenos dentro de uma lógica guerreira com o intuito de valorizar a honra, a família, as relações de amizade e, assim, manter ou formar novas alianças.

aventureiro da atividade viking. Por isso, consideramos que a palavra “Era” (*tiden*, em sueco) confere um sentido de glória ao momento histórico que revela antes um ideal nacionalista típico do século XIX, e não a realidade do período que estamos aqui considerando. Tomando como parâmetro sua primeira aparição em 1836, *Vikingatiden* (Era Viking), não pode ser tomada como mera denominação de um período do passado, mas sim como uma construção consciente de um passado altamente requisitado àquela altura pelos anseios nacionalistas do presente durante o século XIX.

A segunda razão está inclinada à concepção do termo *viking*. A prática da pilhagem não é exclusividade dos escandinavos do Período Viking, sendo praticada por muitas sociedades antes e depois da Idade Média. Não obstante a existência de registros indicando razias anteriores, como a supramencionada na Frísia durante o sexto século, o que nos leva a circunscrever o início do Período Viking no século VIII é a contínua e recorrente prática da pilhagem ocorrida a partir de então. Dito de outro modo, é a atividade viking realizada de forma sistemática que garante especificidade à fatia temporal. Nesse sentido, o fim do período se dá quando a atividade viking já não manifesta um caráter de exclusividade do *modus operandi* dos escandinavos que, à altura do século XI, estavam envolvidos por novas demandas oriundas da nova realidade social – especialmente pela configuração de novos reinos mais bem estabelecidos e pela conversão ao cristianismo – que a atividade viking por si só não se apresentava como capaz de suprir, sendo preciso recorrer a outras práticas e ideologias para atender as novas necessidades.

No mais, precisa-se ter em vista ainda que a demanda para que haja o enquadramento de uma determinada organização social sob uma enumeração de tipo cronológica se justifica em razão de que, entre outras coisas – como as muitas aqui listadas –, se vislumbra nesta fatia temporal especificidades que destoam de maneira sócio metabólicas que a distingue das outras conjunturas históricas. E como reconhecimento das peculiaridades do Período Viking, os autores Johan Ling, Timothy Earle e Kristian Kristiansen em um ensaio intitulado *Maritime Mode of Production Raiding and Trading in Seafaring Chiefdoms* (EARLE; KRISTIANSEN; LING, 2018, pp. 488-524), consideram que as especificidades do desenvolvimento das sociedades escandinavas sob a articulação das atividades agropecuárias com as de cunho marítimo – em

especial as incursões e expedições comerciais -, fazem com que seja necessário uma (re)definição da “taxonomia” social destes grupamentos humanos, que tenha por base, entre outras coisas, esta realidade socioeconômica mencionada acima, assim como, as consequências dela, tais quais as mencionadas há pouco quanto às interações dos nórdicos com outros grupos e o impacto destes (des)encontros em seu cotidiano.

Superar o enquadramento teórico da cronologia do Período Viking precisa ser também um ato de rejeição à base eurocêntrica do conceito, o que significa enquadrá-lo como transcorrendo numa duração em que o fenômeno das incursões vikings foi sistemático numa espacialidade muito maior do que àquela restrita à Europa Ocidental. Por esse motivo, não seguimos a datação tradicional da historiografia inglesa de 793 (referência ao ataque escandinavo ao mosteiro de Lindisfarne), nem tratamos o surgimento da primeira cidade escandinava – Ribe, aproximadamente em 725 na Dinamarca – como marco inaugural. As atividades vikings eram já praticadas na costa báltica antes mesmo de Lindisfarne ser atacada. Delimitar com precisão uma data de início do Período Viking seria algo demasiadamente pretencioso, mas se ainda assim fosse preciso apontar uma data, poderíamos indicar o ano de 750, de quando foram datados os dois barcos que serviram de túmulo para cerca de 44 vikings enterrados em Salme, atual Estônia, representando o achado mais antigo de possíveis incursões no século VIII que possuímos registro (MÄGI, 2018, p. 237; PRICE; et.al, 2016, pp. 1022-1037). Sendo assim, preferimos optar por não estabelecer um ano específico, mas sim o século VIII como momento de início do Período Viking.

A escolha de situar a cronologia do Período Viking como tendo início com a atividade no Báltico não deve ser vista como uma novidade em si, uma vez que autores como o já mencionado Thomas Dubois já ressaltaram o papel do Leste como possuindo uma posição fundamental nas marcações temporais do Período viking. Entretanto, a escolha da suposta pilhagem de 750 se deve menos à localização geográfica onde ocorrera e mais à sua inserção no fenômeno considerado em escala global. Dado que as atividades vikings se manifestaram de forma bastante semelhante tanto no Ocidente quanto no Oriente, consoante as particularidades dos contextos regionais, entendemos que as incursões vikings configuraram ao longo dos séculos VIII-X um sistema – não significando um sistema de tipo econômico-

social – que intensificou a integração das sociedades escandinavas às esferas de influência ocidentais e orientais. A violência intrínseca à atividade viking não deve ser glorificada como feita pelos nazistas no século passado, nem varrida para debaixo do tapete como a atual historiografia tenta fazer ao priorizar os desenvolvimentos e fenômenos culturais, religiosos e econômicos no Período Viking. Trata-se de compreender que a violência era parte constitutiva da realidade social comum não só aos escandinavos como também a todos aqueles pertencentes ao medievo. Dessa forma, e para resumir nossa definição de sistema às incursões vikings, podemos afirmar que o local da primeira manifestação de atividade viking que temos notícia não é o fundamental, mas sim identificar as múltiplas interações promovidas pela ação viking em toda sua extensão que, além de ser fruto de condições globais (instabilidade política interna, atração econômica promovida pelo Califado Abássida, etc.) também se tornou ela própria uma condição global que transformou em muitos níveis as regiões atingidas, no mesmo sentido que a própria Escandinávia. Sebastian Conrad salientou as benesses da abordagem global ao afirmar: “É por isso que as noções de integração global e de dependências de tipo sistêmico são tão importantes: as mudanças que acontecem num determinado local, no interior de um mundo integrado, repercutem-se e afetam também outras partes do sistema” (CONRAD, 2019, p. 96)

Considerações finais

O anseio por elaborar este artigo, a exemplo do que foi mencionado em relação àqueles que se dispôs a tratar deste mesmo tema ao longo da história, conversa com as demandas do tempo e do espaço em que nós, seus autores, vivenciamos como indivíduos de nossa época. O imaginário tão propalado na nossa cultura popular sobre a Idade Média da Europa impacta tanto nossa forma de ver esta época, que esta percepção turva nos atravessa de um modo tal, que nós latino-americanos e brasileiros, temos a impressão de estarmos diante de um universo outro: distante, paralelo e, ou por esta razão, intangível. E ao ousar aventuramo-nos pelo reino adventício da medievalística, tendo ainda por cima a audácia de discutir os temas pertinentes à fatia tão estranha do espaço-tempo nós, não raramente, os forasteiros deste mundo díspar, nos deixamos cair na armadilha ideológica de nos colocarmos diante de um caminho bifurcado: por um lado, tomamos erroneamente este passado como alheio, ou sendo ele de

alguma forma superior ao nosso. E por isto acabamos imaginando que não caberia a profissionais de uma realidade tão distante, - brasileiros do início do século XXI -, tentar escrutinar este passado; ou, por um purismo vaidoso e vazio, tomamos para nós o lugar de arautos dos nossos colegas contemporâneos pertencentes à região do medievo que escolhemos pesquisar, e não raramente, por esta razão nos sentimos proprietários, ou profetas da verdade desta dimensão do espaço-tempo. Assim sendo muito da produção da historiografia nacional padece de uma lacuna imensa sobre uma discussão que não apenas aprofunde as nossas impressões sobre os passados recorrentemente visitados, como é o do nosso caso, o medievo europeu, bem como até mesmo a abordagens que pretendam que dê visibilidade a tais passados. Por razão desta nossa postura tímida, com um orgulho típico dos subservientes, tradicionalmente tornamo-nos ou uma mera difusão de autores, obras, ideias e conceitos consagrados, sendo nossos conterrâneos mencionados, quando muito, por terem, de algum modo, recebido as bençãos destes sacrossantos especialistas: reis por aclamação daquele domínio territorial historiográfico, que para eles nada mais é que um mero exercício de história regional.

Portanto, podemos concluir que o objetivo último deste artigo foi uma tentativa muito provavelmente inglória, de nadar contra a corrente neste grande rio caudaloso que é a produção (em série) do conhecimento em História da Idade Média da Europa Ocidental, ou sendo mais específico, do final da Idade do Ferro na Escandinávia. E a nossa sugestão de um novo olhar para o recorte cronológico daquilo que aqui sugerimos chamar de Período Viking incorre na detecção da urgência da necessidade de um esforço por parte dos historiadores, - em especial os do mundo não europeu, como é o nosso caso -, de uma reflexão crítica mais acurada a respeito dos conceitos, assim como das razões para suas adoções, ou não, na elaboração de nossa produção historiográfica. Atentarmos para este cuidado remete à uma busca maior, que aponte para a construção de uma visão de mundo, segundo a qual em nosso ofício de historiadores, que ocupam seu lugar efetivo na história, possamos pensar coletivamente no projeto de uma historiografia que explicita esta nossa forma de ver o mundo para além do eurocentrismo e demais olhares etnocêntricos que por muito tempo nortearam a produção do conhecimento em História até então. Nossa proposição aqui expressa, longe de ser uma conclusão, se configurou, desde sua forma mais incipiente, abertamente como uma

provocação. A sugestão de uma nova terminologia cronológica para o estudo de um passado tão disputado e deformado em seus (des)usos em si, é mais do que uma questão semântica; acreditamos que um novo olhar efetivamente autêntico(!) sobre os nórdicos do Período Viking pode revelar muito sobre estes povos, inclusive, talvez, até mesmo coisas que aqueles dos quais eles descendem não queiram, ou consigam, ver.

Referências Bibliográficas:

Fontes Primárias:

WHITELOCK, Dorothy (ed.); DOUGLAS, David C.; TUCKER Susie I. *The Anglo-Saxon Chronicle: A Revised Translation*. New Brunswick, N. J.: Rutgers University Press, 1961.

Fontes secundárias:

ARÓSTEGUI, Julio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Bauru: Edusc, 2006.

AYOUB, Munir Lutfé. Repensando o conceito de período Viking. Anais do XXI Encontro Estadual de História, ANPUH, 2012, pp. 1-14.

BARROS, José D'Assunção. *Os conceitos: seus usos nas ciências humanas*. Petrópolis: Vozes, 2016.

BERNARDO, João. *Poder e Dinheiro. Do Poder Pessoal ao Estado Impessoal no Regime Senhorial, Séculos V-XV*. Volume 2, Porto: Afrontamento, 1997.

BIRRO, Renan Marques. O problema da temporalidade para os estudos da Europa Nórdica: a 'Era Viking'. *Nearco* (Rio de Janeiro), v. 6 2013. p. 228-254.

BLANCK, Dag. The Transnational Viking: The Role of the Viking in Sweden, the United States, and Swedish America. *Journal of Transnational American Studies*, 7(1), 2016, pp. 1-19.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.

BLOCH, Marc. L'analyse historique. In: BLOCH, Marc. *Apologie pour l'histoire ou Métier d'historien*. Cahier des Annales, 3. Paris: Librairie Armand Colin, 1945, p. 85-115.

- CARDOSO, Ciro Flamarion. História e paradigmas rivais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (Org.) *Os domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, pp. 19-51.
- CHRISTIANSEN, Eric. *The Norsemen in the Viking Age*. Oxford: Blackwell, 2002.
- CONRAD, Sebastian. *O que é a História Global?* Porto: Edições 70, 2019.
- DOWNHAM, Clare. "Hiberno-Norwegians and "Anglo-Danes": anachronistic ethnicities and Viking-Age England. *Mediaeval Scandinavia* vol. (19), 2009, pp. 139-169.
- DUBOIS, Thomas A. *Nordic religions in the Viking Age*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1999.
- FÉO, Caio de Amorim. "Por que esse raio terrível caiu sobre nós vindo do extremo Norte?": Uma História Global das incursões vikings (séculos VIII-X). Dissertação de Mestrado - Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História, 2022.
- GRIFFITHS, David. Rethinking the early Viking Age in the West. *Antiquity*. Antiquity Publications Ltd. 93 368. 2019. p. 468-477.
- HYBEL, Nils. *The Nature of Kingship c. 800-1300: The Danish Incident*. (The Northern World: North Europe and the Baltic c. 400-1700 AD: Peoples, Economies and Cultures, vol. 83) Leiden and Boston: Brill, 2018.
- JESCH, Judith. *The Viking Diaspora*. London and New York: Routledge, 2015.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2006.
- LANGER, Johnni. Era Viking. In: LANGER, Johnni (Org). *Dicionário de História e Cultura da Era Viking*. São Paulo: Hedra, 2017, pp. 212, 220.



- LANGER, Johni.; SANTOS, Sérgio Ferreira dos. Fúria odínica: a criação da imagem oitocentista sobre os Vikings. *Varia História*, Belo Horizonte, MG, v. 25, n.25, 2001, pp. 214-230.
- LE GOFF, Jacques. *A história deve ser dividida em pedaços?* Tradução de Nícia Adan Bonatti. 1ª Ed. São Paulo: Editora Unesp, 2015.
- LINDOW, John. *O Livro da mitologia nórdica*. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.
- LING, Johan, EARLE, Timothy and KRISTIANSEN, Kristian: Maritime Mode of Production Raiding and Trading in Seafaring Chiefdoms. *Current Anthropology*. 2018, 59 (5). p. 488-524.
- MÄGI, Marika. In Austrvegr: The Role of the Eastern Baltic in Viking Age Communication across the Baltic Sea. (*The Northern World: North Europe and the Baltic c. 400-1700 AD: Peoples, Economies and Cultures*, V. 84) Leiden and Boston: Brill, 2018.
- MIRANDA, Mônica Liz; OLIVEIRA, Wellington de. Uma discussão sobre a periodização na História. *Tiempo y Sociedad*, vol. 17, 2014, pp. 7-32.
- MYHRE, Bjørn. The beggining of the Viking Age: some current archaeological problems. In: FAULKES, Anthony & PERKINS, Richard. *Viking Revaluations*. London: University College London, 1993, pp. 182-203.
- PRICE, Theron Douglas. et, al. Isotopic provenancing of the Salme ship burials in Pré-Viking Age Estonia. *Antiquity*, 90. 2016, pp. 1022-1037.
- SINDBÆK, Søren Michael. The Lands of Denemearce: Cultural Differences and Social Networks of the Viking Age in South Scandinavia. *Viking and Medieval Scandinavia* vol (4), 2008, 169-208.
- WEHLING, Arno. Fundamentos e virtualidades da epistemologia da História: algumas questões. *Estudos Históricos*, vol. 5, n. 10, 1992, pp. 147-169.